



**CAROLINA CORRÊA SANTOS MOURA**

**ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM  
RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL**

**LAVRAS– MG  
2019**



**CAROLINA CORRÊA SANTOS MOURA**

**ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM RESERVAS  
PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Engenharia Florestal, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Marco Aurélio Leite Fontes

Orientador

Msc. Wanderley Jorge da Silveira Júnior

Coorientador

**LAVRAS – MG**

**2019**

**CAROLINA CORRÊA SANTOS MOURA**

**ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM RESERVAS  
PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL  
SOCIOENVIRONMENTAL CONFLICTS ANALYSIS IN PRIVATE RESERVES OF  
NATURAL ERITAGE**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Engenharia Florestal, para a obtenção do título de Bacharel.

**APROVADA em 12 de junho de 2019**

Ma. Carolina Costa Rodrigues – UFLA

Me. Cléber Rodrigo de Souza – UFLA

Dr. Vinícius do Couto Carvalho - Instituto Alto Montana da Serra Fina

Prof. Dr. Marco Aurélio Leite Fontes

Orientador

Msc. Wanderley Jorge da Silveira Júnior

Coorientador

**LAVRAS – MG**

**2019**

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Sônia e Carlos, por todo o apoio, paciência e amor, permitindo e incentivando que eu pudesse alçar longos voos, sabendo que tenho para onde voltar. À minha família, principalmente ao meu avô José Corrêa, e meus amigos de BH que me ensinaram a lidar com a distância física e sempre me lembrando das minhas verdadeiras raízes.

À UFLA por me proporcionar tantas reflexões, vivências, mudanças de opiniões e percepções das coisas da vida, e possibilitar essa oportunidade.

Ao meu orientador, Marco Aurélio, por todo conhecimento passado e por momentos de descontração. Ao meu coorientador, Wanderley, por toda a disponibilidade, ouvidos sempre prontos a escutar e por todas os incentivos a ir um pouco mais além. Sem vocês, provavelmente ainda estaria decidindo qual caminho tomar.

Aos amigos e colegas do Laboratório de Ecologia Florestal da UFLA por serem amigos, ouvintes, promotores de risadas e boas conversas com café. Por promoverem momentos de trocas e deixarem os dias mais leves.

À todos os meus companheiros de casa que foram família, chamando atenção, incentivando, cuidando e trazendo muito amor e trocas. À Refazenda que me fez ver as coisas de uma forma mais artística e aprender a lidar com características diferentes e me mostrar que amizade é muito além que morar em casa, sempre me ensinando a delícia que é o auto amor, aproveitando cada etapa da vida, mesmo que dure uma semana!

Aos amigos da UFLA, aos funcionários e técnicos que sempre estiveram prontos a doar um sorriso mesmo em dias corridos e tristes, acalentando meu coração e dando forças sem mesmo terem consciência disso.

Aos amigos que fiz ao longo do caminho com a escalada e o NEUC que me mostraram duas paixões e me trouxeram momentos de risos e reflexões sobre temas ambientais, políticos e pessoais.

Agradeço por me tornar a cada dia mais a mulher que me orgulho de ser, buscando ser a mais humana possível e vivendo cada experiência em plenitude.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar os conflitos socioambientais observados pelos proprietários ou gestores de Reservas Particulares do Patrimônio Natural em Minas Gerais, em relação à natureza dos conflitos, sejam eles fundiários, culturais, ecológicos ou legais, relacionados à presença de comunidade do entorno ou visitação. Foram utilizados para análise dos dados levantados, quarenta e um questionários de RPPN diferentes, em diversos municípios e abrangendo domínios fitogeográficos diferentes. A análise foi realizada através de contagem do número de conflitos em cada RPPN, contagem de cada conflito no total de RPPN e a significância de cada um dos conflitos para cada unidade e no total. Os conflitos de maior frequência e significância foram queimadas, caça e pesca e presença de animais domésticos. Foi observada uma baixa frequência de conflitos no geral e baixa presença do Plano de Manejo. Avalia-se que o estudo conseguiu levantar temas de relevância para novas pesquisas como Plano de Manejo e incentivos para criação e manutenção das RPPN, e dar maior profundidade em relação ao observado na literatura.

**Palavras-chave:** Áreas protegidas privadas; conservação da natureza; conflitos socioambientais; plano de manejo; RPPN.

## ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the socioenvironmental conflicts observed by owners or managers of Natural Reserves of Natural Heritage in Minas Gerais, in relation to the nature of the conflicts, whether land, cultural, ecological or legal, related to the presence of the surrounding community or visitation. Forty-one questionnaires of different RPPN were used to analyze the collected data, in several municipalities and covering different phytogeographic domains. The analysis was performed by counting the number of conflicts in each RPPN, counting each conflict in the total RPPN and the significance of each of the conflicts for each unit and in total. The most frequent and significant conflicts were burned, hunting and fishing and presence of domestic animals. It was observed a low frequency of conflicts in general and low presence of the Management Plan. It is evaluated that the study was able to raise issues of relevance to new researches such as Management Plan and incentives for the creation and maintenance of RPPN, and to give greater depth in relation to what is observed in the literature.

**Keywords:** private protected areas, conservation of nature, socioenvironmental conflicts; management plan; RPPN.

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	7
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	8
2.1	Áreas Protegidas	8
2.2	Unidades de Conservação no Brasil	9
2.3	Reservas Particulares do Patrimônio Natural	10
2.4	Conflitos Socioambientais	11
3	<b>OBJETIVOS</b>	12
3.1	Objetivo geral	12
3.2	Objetivos específicos	12
4	<b>MATERIAIS E MÉTODOS</b>	12
4.1	Caracterização da área	12
4.2	Coleta de dados	13
4.3	Análise dos dados	13
5	<b>RESULTADOS</b>	14
6	<b>DISCUSSÃO</b>	20
7	<b>CONCLUSÃO</b>	23
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	23
	<b>REFERÊNCIAS</b>	25
	<b>APÊNDICES</b>	27

## 1- INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de extensa área territorial e grande biodiversidade, o que permitiu um complexo histórico de ocupação e exploração dos recursos naturais desde a descoberta do território pelos portugueses, o que levou a necessidade de criação de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade e garantia do estoque de recursos naturais para futuras gerações. O que serviu de incentivo para a criação de Unidades de Conservação (UC) no Brasil.

As UC são reconhecidas pela Lei 9.985/2000, a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que categorizou essas áreas protegidas em públicas ou privadas, de uso sustentável ou proteção integral. A instituição do SNUC e o decreto nº 5.746 de 5 de abril de 2006 regulamentou a criação de UC pela iniciativa privada, chamadas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). As RPPN são UC que apresentam caráter voluntário e de perpetuidade, classificadas como de uso sustentável, apresentando como principal objetivo conservar a diversidade biológica (BRASIL, 2000). Essa é a única categoria que permite a participação direta da sociedade civil no processo de áreas protegidas, e como outras UC listadas no SNUC, tem como obrigatoriedade a efetivação de Plano de Manejo (ICMBio, 2015). Esse é um documento técnico no qual se estabelece o zoneamento da área de uma UC e serve de apoio na gestão das UC. Apesar de estarem na categoria de Uso Sustentável, as RPPN possuem algumas limitações de uso, as quais podem gerar problemas com relação aos usos da área, e conseqüentemente conflitos socioambientais.

O atual trabalho tem como objetivo investigar a existência de conflitos socioambientais, que são respostas às interações entre diferentes atores da sociedade que ocupam uma mesma região, estando relacionados a questões fundiárias, divisão de terras, apropriação de recursos naturais e seus usos. Esses podem ser entendidos como uma possibilidade de reflexão e mudança da situação desconfortável para os atores envolvidos, a fim de auxiliar no processo de minimização ou resolução dessas situações para uma melhor gestão das Unidades de Conservação privadas no Brasil. O que pode ser caracterizado, por uma maior e mais eficiente conservação da biodiversidade por áreas privadas, diminuindo o gasto público com a preservação da natureza e podendo ser uma fonte de renda pela exploração sustentável do ecoturismo, gerando receita e desenvolvimento para a comunidade do entorno, e incentivo da educação ambiental.

As RPPN são importantes ferramentas para manutenção do comportamento ecológico de espécies por serem fragmentos de vegetação nativa, que muitas vezes podem ter perdido essas informações no entorno. Além disso, são áreas em que estão localizadas grande parte

dos remanescentes nativo dos domínios brasileiros, sendo um motivo para incentivos de criação dessa tipologia de UC. Também, formam corredores ecológicos com outras Unidades de Conservação, aumentando áreas naturais de manutenção da biodiversidade, sendo mais uma forma de incentivo à conservação.

A análise de conflitos em Unidades de Conservação é um tema muito recorrente em pesquisas científicas, antropológicas e ecológicas. Porém, a abordagem dos estudos é direcionada às áreas públicas, o que faz o atual trabalho ser inovador ao abordar a alta demanda de estudos nas áreas protegidas particulares do Brasil, tanto em conflitos como em gestão e ecologia.

## **2- REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Áreas Protegidas**

O Brasil detém o posto de país com maior diversidade em fauna e flora do globo terrestre, sendo responsável por 20% do número total de espécies existentes na Terra. O país está em desenvolvimento e fortalecimento de uma economia consolidada e que se representa pelo avanço do agronegócio e produção florestal (MMA, 2019). A característica de expansão da fronteira do agronegócio sobre as áreas naturais é uma das principais ameaças à preservação da biodiversidade do país devido a conversão das áreas naturais em produtivas. Esses dados são representativos quando o assunto é conservação da biodiversidade, o que é um dos incentivadores da criação e regulamentação de Áreas Protegidas (AP) no Brasil (FARINHA et al., 2019).

Em 1934, juntamente com a formulação do Primeiro Código Florestal Brasileiro (Decreto nº 23.793) houve a demanda por conservação das belezas naturais e monumentos de valor histórico ou artístico pela União e os Estados, juntamente com a realização da primeira Conferência para a Conservação da Natureza, onde surgiu o conceito de Áreas Protegidas (AP). E em 1937, com a Constituição Federal, a criação da primeira AP do Brasil, o Parque Nacional do Itatiaia (DIEGUES; VIANNA, 1995).

Segundo a União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN), Área Protegida é entendida como "uma área terrestre ou marinha especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos". Áreas protegidas (AP) foram catalogadas como Reserva Natural Estrita, Área de Reserva, Parque Nacional, Monumento ou Característica Natural, Área de Gestão de Habitat/Espécies, Paisagem

protegida e Área Protegida com Uso Sustentável. Essa classificação foi feita baseada na forma física da área e a forma de manejo da mesma (IUCN, 2008).

No mundo, inúmeras AP surgiram para contribuir com a conservação da natureza em sentido amplo, contribuindo para a dinâmica do uso e ocupação do solo, ajudando na melhora dos meios de subsistência e impulsionando o desenvolvimento sustentável dos países (FLORES; GRUBER; MEDEIROS, 2009).

No Brasil o estabelecimento de políticas públicas em prol da conservação da natureza progrediu em 1981, quando se criou a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que tem como objetivo conciliar desenvolvimento econômico e social com a proteção do meio ambiente (LIMA; FRANCO, 2014). E, na Constituição Federal de 1988 colocou como propósito dessas AP a preservação da natureza em sentido amplo, abrangendo temas diversos e estabelecendo dinâmicas de uso e ocupação, podendo ser considerada como estratégia de planejamento e controle do território (FLORES; GRUBER; MEDEIROS, 2009).

A *International Union for Conservation of Nature* - IUCN, também abrange áreas de proteção privadas, as quais são chamadas *Privately Protected Areas*, que são áreas protegidas sob a governança privada, podendo incluir gestão por indivíduos e grupos de indivíduos; ONGs; corporações, incluindo empresas comerciais e proprietários com fins lucrativos como empresas de ecoturismo; entidades de pesquisa, como universidades e estações de campo; ou entidades religiosas. A diferença para as áreas protegidas privadas do Brasil é que as categorizadas pela IUCN podem ser classificadas como qualquer uma das outras seis classes de Áreas Protegidas, porém de gestão privada e as áreas protegida particulares brasileiras apresentam apenas uma categoria: Reservas Particulares do Patrimônio Natural (MITCHELL et al., 2018).

## **2.2 Unidade de Conservação no Brasil**

Entende-se por Unidade de Conservação toda área territorial que tenha características naturais e de relevante valor, podendo ser de domínio público ou privado, que seja legalmente instituída pelo poder público e seus órgãos competentes em nível nacional, estadual e municipal, com objetivos e limites definidos, à qual são aplicados regimes especiais de administração e que tenham garantias de proteção por Lei (DIEGUES; VIANNA, 1995).

A partir do momento de criação da primeira Unidade de Conservação do Brasil, em 1937, foram necessárias a criações de políticas públicas que pudessem caracterizar essas áreas, leis que permitiam gerir conforme normas e assegurar os direitos da população. Após mudanças no Código Florestal e na Constituição Federal de 1988, o Brasil teve necessidade

de criar um sistema que fosse responsável pela criação, gestão e regulamentação dessas Unidades de Conservação, e para tanto, no ano 2000 foi instituída a Lei 9.985 que regulamentou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

O SNUC veio para ordenar a legislação referente a UC e favorecer um processo integrado de gestão (FLORES; GRUBER; MEDEIROS, 2009), o que possibilitou a categorização das Unidades de Conservação em dois grandes grupos: proteção integral e uso sustentável. Cada grupo com particularidades e objetivos distintos, mas tendo a conservação da natureza como principal objetivo.

As UC de proteção integral permitem a utilização indireta dos recursos naturais como pesquisas científicas, educação ambiental e preservação da biodiversidade da área. Já as de uso sustentável têm como finalidade unir a conservação da natureza com uso sustentável de parcela dos recursos naturais existentes, permitindo a utilização direta e indireta desses recursos. A categoria de Proteção Integral engloba Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgios da Vida Silvestre; a categoria de Uso Sustentável engloba Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

A criação do SNUC veio com a necessidade de gerir essas UC. O conceito de gestão engloba fases conhecidas de planejamento, organização, comandos, coordenação e controle. Apesar disso, a gestão de áreas protegidas demanda setores do conhecimento muito diversos e uma diversidade de técnicos aliada à síntese da legislação vigente, o que requer uso integrado de ferramentas que são reunidos em um documento chamado Plano de Manejo (FLORES; GRUBER; MEDEIROS, 2009). Esse é um documento técnico de caráter obrigatório no qual se estabelece zoneamento e as normas de uso da área e o manejo dos recursos naturais de uma Unidade de Conservação, e tem como função instrumento de gestão e apoio ao proprietário e/ou gestor. “A elaboração do Plano de Manejo deve contribuir para que a UC cumpra os objetivos previstos na sua criação; atender aos usos e restrições previstas na legislação ambiental vigente; e evitar desvios e equívocos de funcionamento” (BRASIL, 2000).

### **2.3 Reservas Particulares do Patrimônio Natural**

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) foram primeiramente regulamentadas pelo Decreto Federal nº 98.914/1990 (BRASIL, 1990), que foi substituído pela instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) na Lei 9.985/2000, a qual definiu RPPN como Unidade de Conservação (UC) privada de uso

sustentável no seu Artigo 21. Tal artigo estabelece em seu Parágrafo 2º as possíveis atividades praticadas em uma RPPN, como ecoturismo, educação ambiental e pesquisa científica. Neste mesmo parágrafo 2º, no ato de criação da Lei, teve seu inciso III, o responsável pela permissão de atividade extrativista, vetado, o qual era o responsável pela categorização da mesma em uso sustentável (WEIDMANN; GUAGLIARDI, 2010). Devido a esse veto, houveram conflitos de entendimento sobre as possibilidades de uso e ocupação dessas áreas protegidas particulares. Segundo o SNUC, as RPPN são criadas com principal objetivo de conservação e preservação da biodiversidade e são criadas por livre e espontânea vontade do proprietário e com caráter de perpetuidade de seu status de proteção, sem que este se submeta a nenhuma pressão ou outro motivo maior que o objetivo de proteger, destinando sua totalidade, ou parte dela, à preservação ambiental, voluntariamente com a obrigatoriedade da construção do plano de manejo para regulamentar os usos da área da reserva (BRASIL, 2000).

Como incentivo para a criação de RPPN, foi homologado o Decreto nº 5.746/2006 que especifica os benefícios aos proprietários como direito de propriedade assegurado, isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), prioridade na análise dos projetos pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), preferência na análise de pedidos de concessão de crédito agrícola (LIMA; FRANCO, 2014).

#### **2.4 Conflitos socioambientais**

Os conflitos são entendidos como tensões ou disputas entre diferentes atores sociais e as relações pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural (VIVACQUA; VIEIRA, 2005). Assim como a forma da socialização com percepções dissociativas que configuram o equilíbrio entre harmonias e desarmonias na sociedade para alcançar determinada configuração (SIMMEL, 1983). Para explicação teórica dos conflitos são utilizadas duas abordagens: a primeira é que são inerentes a qualquer sistema social, funcionando como propulsores das mudanças; e a segunda que são distúrbios nos sistemas sociais que solicitam esforços para o desenvolvimento de estratégias para neutralizá-los ou mitigá-los (FERREIRA, 2005). Quando estes tem relação com o uso, proteção, conservação e preservação dos recursos ambientais são denominados como conflitos socioambientais (DAQUINETE; BRITO; SIQUEIRA, 2014).

Os conflitos socioambientais de maior repercussão em UC no Brasil são relacionados às questões fundiárias como: apropriação de terra, regularização fundiária e invasões, e a relação da Unidade de Conservação com a comunidade do entorno, seja ela tradicional rural, tradicional urbana ou não tradicional. A questão ambiental aponta para a necessidade de

cidadania ambiental, sendo necessária a participação da comunidade em geral e de maneira específica dos moradores do entorno. Dessa maneira, muitos dos conflitos existentes podem ser minimizados (LIMA; FRANCO, 2014).

As medidas de conservação dos recursos naturais utilizados em áreas protegidas podem acompanhar impactos negativos e geradores de conflitos, como por exemplo: deslocamento forçado da comunidade na área e do entorno; exclusão social; processos de participação comunitária deficientes; negação de direitos territoriais ancestrais; restrições às prioridades de uso de recursos da comunidade (DE POURCQ et al., 2017). As comunidades do entorno e visitantes que utilizam de alguma forma os recursos naturais da área, como extrativismo, comercial ou cultural, são denominadas populações usuárias. Essas podem ser tradicionais ou não e suas atividades são geradoras de conflitos pelas gestões de Unidades de Conservação (DIEGUES; VIANNA, 1995).

### **3- OBJETIVOS**

#### **3.1- Objetivo geral**

Analisar os conflitos socioambientais que ocorrem nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural Estaduais e Federais, e suas relações com fatores legais, sociais e ecológicos.

#### **3.2- Objetivos específicos**

- Identificar os conflitos socioambientais presentes nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural estaduais e federais de Minas Gerais e sua significância;
- Verificar a relação entre existência de plano de manejo, a gestão das RPPN e os conflitos;
- Levantar as estratégias para amenizar os conflitos socioambientais.

### **4-MATERIAIS E MÉTODOS**

#### **4.1 Caracterização da área**

A área de abrangência da pesquisa é o estado de Minas Gerais, o qual conta com 334 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), 243 estaduais e 91 federais, instituídas pela Lei 9.985/2000 como Unidades de Conservação de uso sustentável, estando estas inseridas em 3 domínios fitogeográficos (Atlântico, Cerrado e Caatinga), e zonas de transição entre eles. As RPPN estaduais representam 93.769 ha de áreas protegidas. Já as RPPN federais representam 33.503,6 ha de área preservada.

## 4.2 Coleta dos dados

O levantamento dos dados utilizados no trabalho foi obtido através de aplicação de questionário estruturado. O mesmo (Apêndice 1) foi enviado aos gestores e/ou proprietários de cento e setenta e duas (172) Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) estaduais e federais de Minas Gerais via *e-mail* após contato por telefone fixo e/ou celular, foi lembrado e reenviado e-mail para todas as RPPN que foi possível entrar em contato. O contato com os proprietários nem sempre foi possível por dificuldade na manutenção dos cadastros pelos órgãos criadores das Unidades de Conservação e por sigilo de informações pessoais de pessoas físicas. Várias foram vendidas e o atual proprietário não foi encontrado, o que dificultou o levantamento dos dados e o envio do questionário.

No questionário aplicado, questões sobre as características das áreas protegidas privadas (nome, tamanho, domínio) e do proprietário ou gestor (motivação para a criação da UC, formação acadêmica e experiência na área de gestão e conservação de Unidades de Conservação), além de uma lista com treze (13) conflitos levantados em Diegues (2011) e mais 4 identificados no pré-teste realizados.

Os conflitos levantados em Diegues (2011) foram uso de transgênicos; uso de agrotóxicos; caça/pesca; desmatamento/extrativismo vegetal; queimadas; vandalismo; presença de animais domésticos; disposição irregular de resíduos; mudanças nos cursos dos rios; invasões e posseiros; grilagem/expulsões; problemas com a fiscalização; pouca participação popular. Os conflitos levantados no pré-teste foram furtos; relação com órgãos ambientais/criação da unidade; falta de conscientização da comunidade local; e invasões por garimpeiros ou mineradoras. O levantamento desses dados teve como foco, identificar, obter relevância e frequência por meio das respostas dos gestores ou proprietários das RPPN. Para tanto, estes assinalaram os conflitos correspondentes, e em ordem de relevância, ou seja, marcou com o número “1” o que possui maior destaque e assim por diante até o valor máximo de “17” para a que possui menor destaque.

## 4.3 Análise dos dados

A análise das informações obtidas nos questionários foi feita catalogando cada informação pertinente das cinquenta (50) RPPN que responderam ao questionário, sendo a representação de 15% da quantidade total existente e 29% do total enviado. O perfil e experiência do proprietário ou gestor, juntamente com a motivação principal de criação da RPPN foram organizados de forma padronizada.

A existência, processo e ausência de plano de manejo foi colocada em tabelas para melhor avaliação do número de RPPN e suas situações, bem como em que domínio fitogeográfico estão localizadas. Para definir a frequência dos conflitos nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural foi realizada simples contagem do número de vezes que cada conflito foi citado, ou seja, em quantas ele ocorre. A significância foi calculada a partir da pontuação obtida por cada conflito, com base na ordem de importância atribuída pelos gestores e/ou proprietários. O cálculo da relevância se deu por meio da equação  $x = \frac{\sum p}{n} \times 100/n \times 17$ , em que “p” representa o número de pontos que cada conflito alcançou e “n\*17” é o valor máximo que cada conflito pode alcançar em função do número de RPPN que responderam ao questionário. Os valores foram plotados em gráficos de frequência e significância dos conflitos.

Algumas RPPN são divididas pelo ato de criação, porém representam uma única área quando somada a extensão de duas ou mais áreas pertencentes ao mesmo proprietário e em um mesmo município. Dessa forma, foram consideradas quarenta e uma (41) RPPN - (Apêndice2).

Para identificar o que está sendo feito em relação aos conflitos, foram desenvolvidas duas (2) questões abertas no questionário, o que possibilitou conhecer a existência de práticas e técnicas utilizadas para a resolução ou minimização dos mesmos. Ao final do questionário, uma questão com observações específicas dos gestores/proprietários das RPPN, na qual o objetivo foi dar liberdade para colaborar com o trabalho com opiniões sobre os desafios, dificuldades ou facilidades das RPPN.

## **5- RESULTADOS**

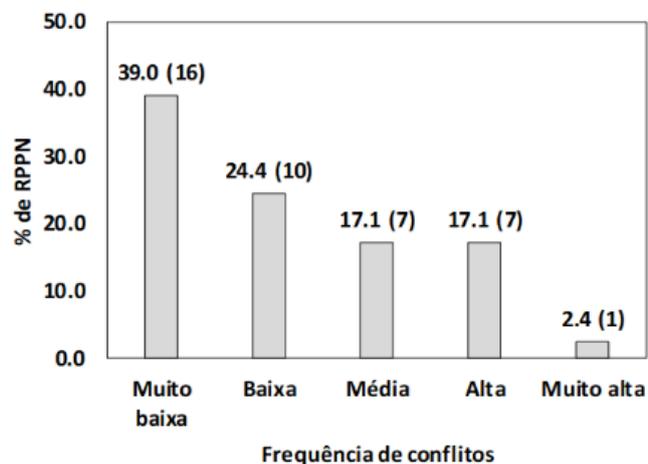
Os resultados são relacionados às respostas dos questionários das quarenta e uma (41) RPPN. A baixa amostragem se explica por ter sido uma pesquisa de resposta voluntária e da falta de contato presencial, interesse ou disponibilidade dos proprietários/gestores em responderem o questionário.

A análise dos dados dos questionários respondidos possibilitou o entendimento da ocorrência de conflitos, a frequência e a significância no conjunto do total de RPPN, possibilitando identificar os conflitos levantados em Diegues (2011), os levantados no pré-teste e os levantados com a aplicação dos questionários. Destes, foram identificados mais três (3) conflitos: montanhismo ilegal; monocultura de eucalipto e carvoaria; e motociclistas e trilheiros ilegais. A identificação desses conflitos ao longo da pesquisa fez com que tivessem pouca repetição nas outras RPPN, o que pode sugerir necessidade de continuação da atual

pesquisa com um novo questionário abordando todos os conflitos identificados. As figuras apresentam informações qualitativas e quantitativas das análises de dados.

A Figura 1 mostra a frequência da ocorrência de conflitos na porcentagem total das reservas. Os valores de ocorrência de conflitos foram divididos em cinco categorias, sendo elas: Muito baixa (0 a 0,2), Baixa (0,2 a 0,4), Média (0,4 a 0,6), Alta (0,6 a 08) e Muito Alta (0,8 a 1). Através da análise dos dados, foi possível perceber que a ocorrência de conflitos em 39% das RPPN é muito baixa e que apenas 2,4% apresentam muito alta ocorrência de conflitos. Esses números demonstram importância à resolução dos problemas e quais são esses conflitos que são apresentados em maior frequência.

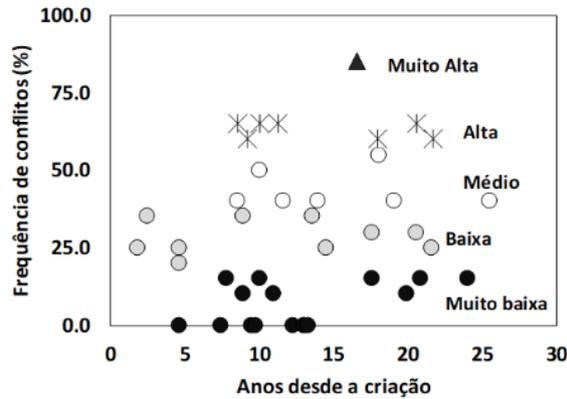
Figura 1 - Gráfico de frequência dos conflitos em relação ao percentual de RPPN



Fonte: Da autora (2019)

A Figura 2 representa a dispersão gráfica das frequências de conflitos em relação aos anos desde criação das RPPN. O gráfico demonstra que a frequência de ocorrência de conflitos não apresenta relação com a idade de criação, já que a distribuição das frequências de conflitos não apresenta um padrão. As RPPN que tem “muito baixa” frequência de conflitos são dispersas ao longo da linha de anos de criação, assim como as demais classes de frequências.

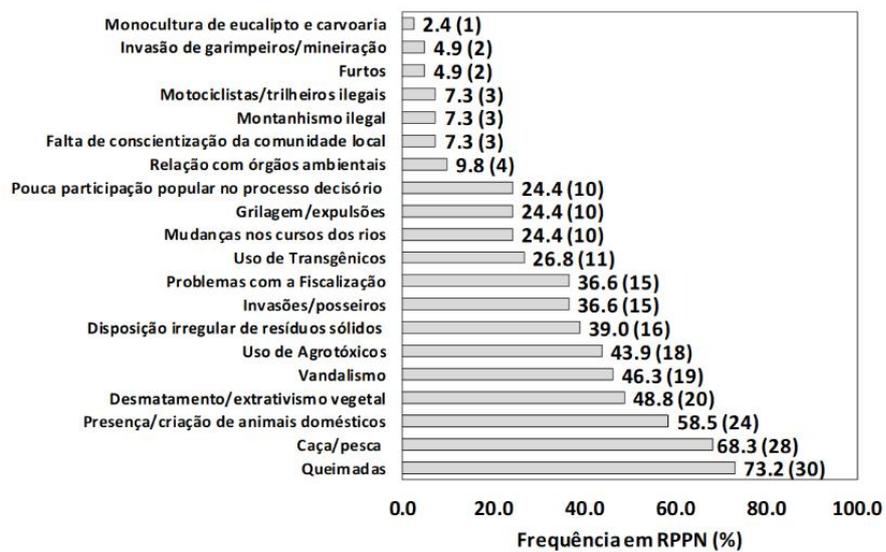
Figura 2 - Gráfico de frequência dos conflitos em relação a idade das RPPN



Fonte: Da autora (2019)

A Figura 3 apresenta os valores da frequência dos conflitos mostrando que existem alguns com maior frequência que outros. Os valores representados são da quantidade de RPPN que ocorrem determinado conflito e a porcentagem de reservas que responderam ao questionário. Alguns dos conflitos ocorrem em poucas RPPN e podem ser percebidos devido a serem áreas particulares, as quais demandam autorização de uso. Os conflitos que apresentam maior frequência no gráfico são queimadas, caça/pesca e presença de animais domésticos. Esses têm relação com comunidades do entorno que as práticas ultrapassam os limites físicos da reserva. Possivelmente utilizando a reserva como fonte de lazer e aquisição de recursos naturais, como alimentação, remédio ou até mesmo lenha.

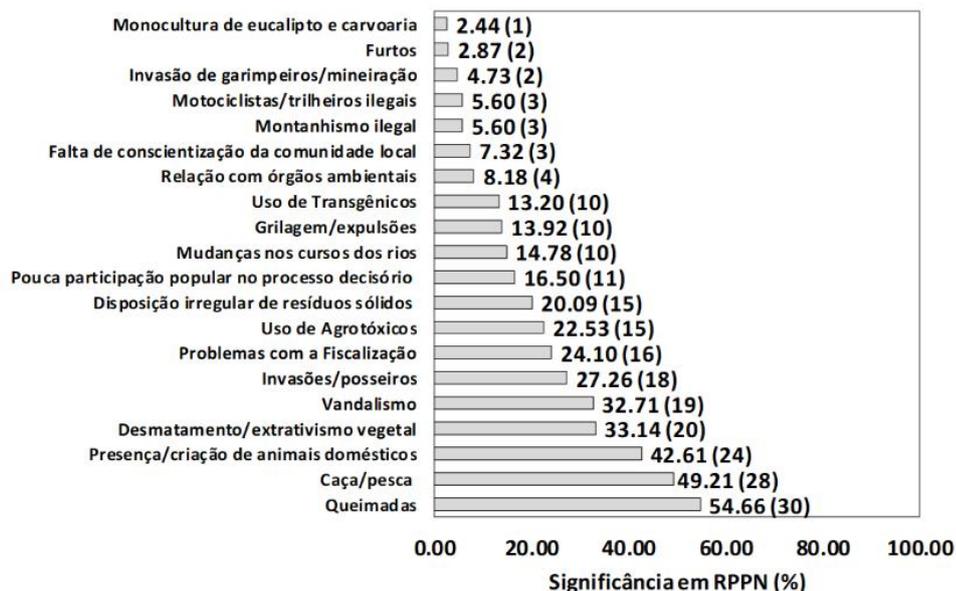
Figura 3 - Gráfico de frequência de conflitos em RPPN.



Fonte: Da autora (2019)

A Figura 4 representa a significância dos conflitos com relação ao percentual de RPPN no qual eles ocorrem. A representação mostra que determinados conflitos tem uma significância maior pelo proprietário/gestores. Os de maior significância são queimadas, caça/pesca e presença de animais domésticos, podendo ser relacionados à maior ocorrência. É perceptível que a significância do conflito é um pouco menor que a frequência dele. Isso se dá ao entendimento de que diferentes regiões podem ser mais ou menos susceptíveis a queimadas, como é o caso de reservas no domínio do Cerrado, e a caça/pesca onde há maior presença e diversificação de fauna e que a cultura da comunidade do entorno tem a ver com manutenção dessas práticas. A ocorrência dos conflitos tem maior relação às práticas da comunidade do entorno e da RPPN, a maior parte das RPPN que apresentaram conflitos socioambientais tem algum tipo de atividades de visitação com práticas comerciais.

Figura 4 - Gráfico de significância de cada um dos vinte (20) conflitos levantados em porcentagem de RPPN.

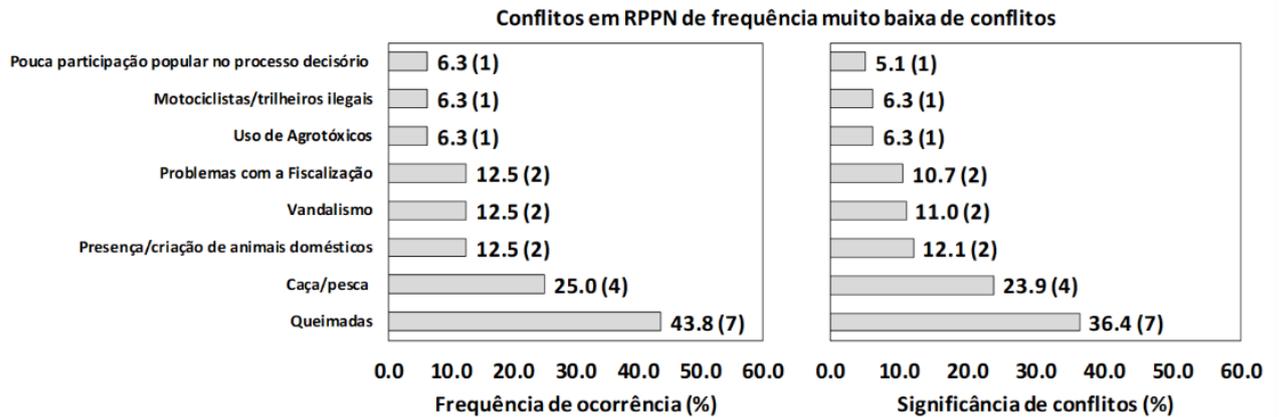


Fonte: Da autora (2019)

O gráfico de frequência dos conflitos existentes em RPPN de frequência muito baixa de conflitos representa em quantas foi observado determinado conflito. Os conflitos de maior frequência são queimadas e caça/pesca, totalizando sete (7) e quatro (4) observações, respectivamente. Os outros conflitos observados nessas RPPN são presença/criação de animais domésticos, vandalismo e problemas com a fiscalização que tem repetição em duas (2) reservas; uso de agrotóxicos, motociclistas e trilheiros ilegais e pouca participação popular no processo decisório que apresentaram uma repetição nas sete (7) observadas. A Figura 5.5

representa a significância dos conflitos pelos proprietários das RPPN de frequência muito baixa. No gráfico, os conflitos que apresentam maior frequência de ocorrência são os que também apresentam maior significância, queimadas apresenta 36,4% e caça/pesca apresenta 23,9%.

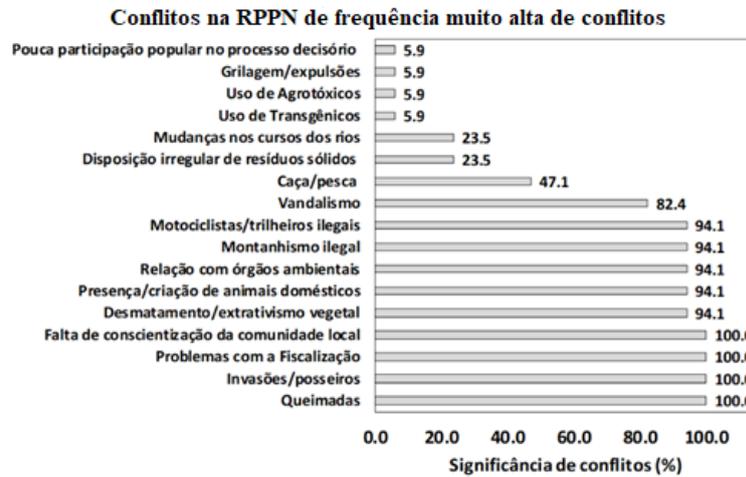
Figura 5 - Gráficos de frequência e significância dos conflitos que ocorrem em RPPN de frequência baixa de conflitos.



Fonte: Da autora (2019)

O gráfico demonstra a significância de cada conflito na visão do proprietário da RPPN que apresentou todos os conflitos socioambientais. Os com maior significância foram queimadas, invasões/posseiros, problemas com a fiscalização, falta de conscientização da comunidade local com 100% de significância; seguidos por presença/criação de animais domésticos, relação com órgãos ambientais, montanhismo ilegal e motociclistas e trilheiros ilegais com 94,1%; vandalismo apresentou 82,4%; caça/pesca 47,1%; disposição irregular de resíduos sólidos e mudanças nos cursos dos rios apresentaram 23,5%; e por último, uso de transgênicos, uso de agrotóxicos, grilagem/expulsões e pouca participação popular no processo decisório com 5,9%.

Figura 6 - Gráfico de significância de conflitos na RPPN que apresentaram frequência muito alta de conflitos.



Fonte: Da autora (2019)

A Tabela 1 indica a relação entre a existência do Plano de Manejo e as estratégias de minimização dos conflitos existentes, especificados para cada um dos dois domínios fitogeográficos. Foi possível verificar que a presença do plano de manejo é um fator importante para a amenização dos conflitos existentes por conter estratégias mitigadoras.

Tabela 1 – Tabela da relação entre domínios fitogeográficos, plano de manejo e estratégias de minimização dos conflitos

Domínio	Status do plano de manejo					
	Com		Em construção		sem	
	c/ estratégia	s/ estratégia	c/ estratégia	s/ estratégia	c/ estratégia	s/ estratégia
<b>Atlântico</b>	11	1	4	2	6	9
<b>Cerrado</b>	4	1	1	0	1	1
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>10</b>

Fonte: Da autora (2019)

Na relação da extensão da área preservada total e média por domínio, o Atlântico apresenta 6150,7ha representados por trinta e três (33) RPPN, o que representa uma média de reservas de 186,4ha. Já no domínio do Cerrado são protegidos 5713,6ha representados por oito (8) RPPN, o que representa uma área média de 714,2ha. Isso implica em maiores áreas contínuas de Cerrado que de domínio Atlântico, quando considerada a média de área protegida por RPPN, apesar de o domínio Atlântico apresentar maior área total.

A Tabela 2 apresenta a quantidade de RPPN que receberam algum tipo de incentivo, seja econômico ou técnico, dos órgãos ambientais ou responsáveis pela criação das mesmas, ONGs e órgãos privados ou programas de compensação ambiental por criação de empreendimento. Apesar de o número de RPPN que receberam incentivos para criação no

domínio Atlântico ser mais alto que no Cerrado, é possível observar que a porcentagem em relação ao total é igual para ambos os domínios. Por existirem alguns programas de preservação da Mata Atlântica, o número de RPPN criadas com incentivos da ONG SOS Mata Atlântica juntamente com Programa de Proteção da Mata Atlântica é alto, dez (10) das dezesseis (16) RPPN que receberam incentivo.

Tabela 2 – Tabela de incentivos por domínio fitogeográfico

<b>Domínio</b>	<b>Incentivos</b>	
	<b>Presente</b>	<b>Ausente</b>
<b>Atlântico</b>	16	17
<b>Cerrado</b>	4	4
Total	<b>20</b>	<b>21</b>

Fonte: Da autora (2019)

Outro apontamento da pesquisa é o tipo de pessoa de direito que é proprietário das RPPN e a relação com desenvolvimento de atividade econômica. O Cerrado apresenta 62,5% das RPPN com presença de atividades econômicas, sendo que dessas apenas três (3) tem Plano de Manejo e as mesmas apresentam pessoa jurídica como proprietário. Já no domínio Atlântico são observados 27,3% das RPPN com propósito de atividades econômicas, sendo que apenas três (3) tem Plano de Manejo, e quatro (4) apresentam pessoa jurídica como proprietário. Dessa forma, os dados demonstram que o principal objetivo da criação de RPPN no domínio Atlântico é de conservação da biodiversidade e no Cerrado, além da conservação da biodiversidade há uma maior exploração dos potenciais econômicos da implantação desta categoria de UC.

Em relação as estratégias para resolução ou minimização dos conflitos, vinte e uma (21) das reservas apresentam educação ambiental, seja ele juntamente com a comunidade do entorno, programa de visitação com turismo ecológico, sinalização dos limites da propriedade, incentivos à pesquisa científica e visitação por escolas da comunidade, assim como área de sede para melhor atendimento de visitantes. Em relação a existência de queimadas, nove (9) praticam algum tipo de estratégia, seja com manutenção de aceiros, parcerias com empresas privadas, criação de brigada de incêndios ou comunicação com a comunidade do entorno. Dessas RPPN que apresentam estratégias para diminuição de ocorrência de incêndios, apenas seis (6) apresentam estratégia de educação ambiental. Para melhorar o diálogo e a relação com os órgãos ambientais e órgãos fiscalizadores, sete (7) usam estratégias de colaboração/parcerias com prefeituras, CODEMA, Secretarias do Meio Ambiente, ICMBio, IBAMA e outros órgãos, para aproximar o relacionamento e obter apoio na fiscalização. Quatro (4) RPPN, além das estratégias de educação ambiental, apoio do órgão

responsável, utilizam da criação de projetos específicos para a comunidade do entorno, como aulas de tear, contratação de vizinhos para trabalhar na propriedade da RPPN e parcerias entre os proprietários para projetos em conjunto de desenvolvimento da comunidade local. Apenas uma RPPN tem projeto de recuperação de áreas degradadas e de nascentes do entorno, não somente na propriedade.

## **6- DISCUSSÕES**

No processo de análise dos dados foi percebido uma baixa frequência de conflitos em RPPN, sendo observadas áreas que não apresentam nenhum tipo de conflito socioambiental na visão do proprietário/gestor. Essa ausência de conflitos não necessariamente indica uma situação bem-sucedida. Pode ser que exprima uma situação de desinformação aos indicadores de crise socioecológica ou um processo de exclusão das populações do entorno nos processos de tomada de decisão, sendo causados conflitos implícitos (VIVACQUA; VIEIRA, 2005). Essas RPPN que não apresentam conflitos pela visão do proprietário são relacionadas a múltiplas questões como a utilização da área como marketing verde de uma atividade econômica ou como uma área destinada apenas a preservação dos recursos naturais sem uma devida fiscalização das ocorrências na área.

Segundo De Pourcq et al. (2017), uma das causas mais significativas para a existência de conflitos em áreas protegidas públicas é na implementação, que é assumido que não existe presença de populações tradicionais ou não. A fase de implementação traz consigo o aparecimento em grande repetição de problemas em relação à regularização fundiária por ter em sua resolução uma alta necessidade de recursos financeiros. Essa fase pressupõe a resolução das questões patrimoniais e de ocupação, tanto na aquisição de terras pelo Poder Público quanto na desocupação das mesmas (DIEGUES; VIANNA, 1995). Dessa forma, uma das características mais importantes para o incentivo de criação das RPPN é o fato de que são áreas particulares, sem necessidade de desapropriação de moradores da área e implementação sem um alto custo financeiro, principalmente público, como já apresentado por Daquinete; Brito; Siqueira (2014). O processo de criação de Unidades de Conservação é baseado em justificativas técnicas dos órgãos responsáveis, não ocorrendo participação das comunidades afetadas com o estabelecimento da área protegida. Esse processo é recorrente tanto em áreas públicas como privadas, apesar da necessidade de consulta pública para a criação das mesmas devido aos impactos positivos e negativos da implementação de uma UC em uma região.

As RPPN apresentam-se como importantes unidades de preservação da biodiversidade por serem fragmentos nativos remanescentes nessas regiões de criação e serem considerados

importantes corredores ecológicos. Além de serem abrigo de belezas cênicas naturais e possibilitarem atividades econômicas como ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural, sendo um grande incentivador à criação das mesmas e de desenvolvimento da comunidade do entorno por meio de atividades de visitação das UC (LIMA; FRANCO, 2014). Porém, a existência de comunidade no entorno imediato, que utiliza os recursos biológicos, pode ser fonte geração de conflitos pela visão do administrador (DIEGUES; JESUS; PEREIRA, 2011). Os conflitos de maior frequência e significância levantados pela pesquisa tem relação a atividades econômicas de grupos de comunidades moradoras do entorno ou visitantes. Em Diegues (1995), pesca e caça são conflitos gerados geralmente por comunidades usuárias, moradoras do entorno e visitantes, podem ser relacionadas a práticas culturais, econômicas ou de subsistência, e é tratado como conflito porque apesar de ser prática cultural é ilegal em qualquer modalidade em RPPN. Criação de animais domésticos (pecuária) e queimadas são tratados como conflitos gerados apenas por comunidades moradoras do entorno, já que são devido à falta de respeito aos limites da reserva e são gerados, principalmente, por atividades econômicas, apesar de poderem ser relacionados a práticas de subsistência. Esse estudo tem correlação com o trabalho atual, apesar de se tratarem de Unidades de Conservação de domínios diferentes, privadas e públicas. Isso demonstra que independente da característica do domínio da UC, os conflitos percebidos pelos gestores e gerados por comunidades usuárias serão muito semelhantes.

Assim como nas RPPN, a maior crítica aos órgãos ambientais ou criadores de Unidades de Conservação é que a situação das UC é de completo abandono. É observada falta de recursos financeiros, aliada à inexistência de uma fiscalização adequada como alguns dos principais fatores apontados por quase todas as UC (DIEGUES; VIANNA, 1995). Essa situação tem como reflexo a falta de atualização do cadastro estadual e federal das RPPN, o que foi um complicador do levantamento das informações dos proprietários para que pudessem ser convidados a participar da pesquisa. Além de ser uma das causas para a não elaboração do Plano de Manejo das RPPN, já que foi observado que os incentivos para criação das RPPN por ONGs e órgãos públicos existem e são significativos, mas para a criação do Plano de Manejo são ineficientes, fazendo com que os proprietários não elaborem o documento exigido por legislação. O Plano de Manejo é elaborado seguindo alguns critérios apresentando informações das características físicas e ecológicas da área; descrição e localização das atividades que serão realizadas na área; os recursos financeiros; a relação com a comunidade local; e problemas e ameaças à conservação dos recursos naturais enfrentadas pela RPPN. A não criação do Plano de Manejo sugere risco na finalidade de criação da

reserva e risco na relação com a comunidade (OLIVEIRA; SUPERTI, 2009). Apesar disso, é entendido que as dificuldades para a criação de um documento complexo e que demande profissionais qualificados seja de alto custo e que a maioria dos proprietários não tem condições técnicas e financeiras para a elaboração do mesmo.

Para um programa efetivo de incentivo à criação e manutenção dessas unidades deveriam ser verificados requisitos como divulgação, agilidade nos processos e incentivos realmente atraentes, além de isenção dos já existentes, ITR (Imposto Territorial Rural) e condição de prioridade para concessão de crédito do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). A criação de RPPN dentro da zona de amortecimento de UC públicas de grande extensão pode trazer a minimização de conflitos com os proprietários, já que podem oferecer serviços de apoio ao visitante da UC pública, favorecendo ainda mais o retorno financeiro de investimento (LIMA; FRANCO, 2014). Outra forma de incentivos para a criação de RPPN no Brasil, seria a abordada por Farinha et al. (2019) sobre a obtenção de oportunidades de pagamento ao proprietário da área, pelos serviços ecossistêmicos prestados, caso protegesse pelo menos uma parte da propriedade ao invés de plantio ou pastagem na área total, sendo possíveis valores por pagamentos de serviços ecossistêmicos serem superiores aos valores de produção agrícola. Os incentivos para os produtores de culturas agrícolas para exportação ainda são maiores com a possibilidade de certificação internacional do produto por haver Unidade de Conservação nas proximidades, assim como áreas de vegetação nativa regulamentadas por lei.

## **7- CONCLUSÃO**

Ao analisar os conflitos que ocorrem nas RPPN mineiras, conclui-se que existe baixa frequência de conflitos, que pode estar relacionada à falta de fiscalização da área pelo proprietário, assim como o fato de ser uma área protegida privada fazer com que diminua os conflitos por questões fundiárias, já que não existe a necessidade de desapropriação de moradores da área, bem como o fato de ser uma propriedade privada faz com o que o zelo pela área seja maior por parte do proprietário e da comunidade do entorno. A ocorrência dos conflitos socioambientais em RPPN tem forte relação com condições legais, fiscalização e legislação rígida de uso e ocupação do solo, além de utilização dos recursos naturais, e condições sociais, relacionados às comunidades do entorno e visitantes e suas demandas por uso dos recursos naturais e entendimento sobre áreas protegidas. Além das condições ecológicas, influenciadas pelos domínios fitogeográficos e suas zonas de transição, o que permite que tenham características específicas e sejam mais inclinados a ocorrência de

determinados conflitos. Foi observado que a presença de Plano de Manejo da RPPN facilita a gestão das unidades e facilita a minimização dos conflitos existentes, promovendo estratégias como educação ambiental, minimização de queimadas e criação de brigadas de incêndios, projetos para a comunidade do entorno para amenizá-los. Apesar, é importante lembrar que o documento é de elaboração complexa e demanda multidisciplinaridade o que dificulta a presença do mesmo em RPPN em que o proprietário tem somente o intuito de conservar os recursos naturais e não tem retorno econômico da área.

## **8- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O atual trabalho apresenta necessidade de novas pesquisas em relação à criação e às dificuldades para realização do Plano de Manejo exigido pela legislação, que necessita multidisciplinaridade, recursos financeiros e conhecimentos técnicos para ser elaborado, o que, na maioria das vezes não são de conhecimento dos proprietários e gestores ou não há recursos financeiros para elaborá-lo, fazendo com que a ausência desse documento seja mais comum que a existência do mesmo. Essa complexidade e ausência gera necessidade de estudo sobre possibilidades de Planos de Manejo simplificados conforme tamanho da UC e área do entorno, como proximidade com extensas áreas protegidas como possibilidades de facilitar a criação do mesmo. A falta de incentivos e apoio pelo Poder Público e órgãos privados na manutenção e fiscalização foi observada juntamente com a ausência de pesquisas relacionadas a áreas protegidas particulares, o que gera importância na temática de conflitos socioambientais nessas UC, trazendo a reflexão de serem colaboradoras da conservação da biodiversidade e servir como corredores ecológicos, principalmente quando associada a zonas de amortecimento de UC públicas de grandes extensões. Devido a isso, foi observada a baixa variedade de estratégias para amenização dos conflitos por parte dos proprietários, havendo necessidade de pesquisas elaboradas junto ao Poder Público sobre possibilidades de políticas públicas em benefício a essas áreas protegidas, além de melhor regulamentação dos incentivos e estudos de utilização da área em benefício econômico para o proprietário e para a comunidade do entorno sem perdas ambientais.

O levantamento dos outros sete (7) conflitos além dos existentes em literatura cria a demanda de aplicação de pesquisa semelhante em mais RPPN, tanto em Minas Gerais quanto em nível nacional, utilizando um questionário com maior número de conflitos e atualizar a significância dos novos conflitos levantados. A falta de atualização e manutenção dos cadastros estaduais e federais das RPPN geraram grande dificuldade no andamento e levantamento dos dados para o trabalho, mostrando a necessidade de criar uma base de dados

sólida para melhorar a qualidade das pesquisas e otimizar o tempo gasto para coleta de dados para as próximas. Essa organização dos dados gera requisição para novas pesquisas em parceria com os órgãos de criação, ONGs e Associação de Proprietários de RPPN no Brasil todo, favorecendo um levantamento nacional da realidade dessas UC e auxiliando na gestão das mesmas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Decreto nº 98.914/1990 sobre instituição das Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D98914.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98914.htm)> Acesso em: 20 de maio de 2019.
- BRASIL. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades e Conservação**, 2000.
- DAQUINETE, M. C. B.; BRITO, B. L. R.; SIQUEIRA, G. V. Proteção da natureza e conflitos socioambientais Nature protection and environmental conflicts. **Planeta Amazônia: Revista internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 6, p. 171–187, 2014.
- DE POURCQ, K. et al. Understanding and Resolving Conflict Between Local Communities and Conservation Authorities in Colombia. **World Development**, v. 93, p. 125–135, 2017.
- DIEGUES, A. C. " **CONFLITOS ENTRE POPULAÇÕES HUMANAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E MATA**. 1995.
- DIEGUES, A. C.; JESUS, A. F. DE; PEREIRA, B. E. **POVOS / COMUNIDADES TRADICIONAIS E AREAS PROTEGIDAS NO BRASIL : CONFLITOS E DIREITOS** Relatório de Pesquisa Alissandra Lopes ( Bióloga ). [s.l: s.n.].
- DIEGUES, A. C.; VIANNA, L. P. Conflitos entre populações humanas e Unidades de conservação e Mata Atlântica. **Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras - USP**, p. 210–323, 2011.
- FARINHA, M. J. U. S. et al. Opportunity cost of a private reserve of natural heritage, Cerrado biome – Brazil. **Land Use Policy**, 2019.
- FERREIRA, L. DA C. Conflitos sociais e o uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 105–118, 2005.
- FLORES, S. S.; GRUBER, N. L. S.; MEDEIROS, R. M. V. Gestão e conflitos em unidades de conservação: gestão estratégica e operacional para preservação ambiental. **Para Onde!?**, v. 3, n. 2, 2009.
- ICMBio. **Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural**. Brasília - DF. 2015
- IUCN. **Defining protected areas: An international conference in Almeria, Spain May 2007 IUCN Protected Areas Categories Summit**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <[http://cmsdata.iucn.org/downloads/almeria\\_proceedings\\_final.pdf](http://cmsdata.iucn.org/downloads/almeria_proceedings_final.pdf)>.
- LIMA, P. C. A. DE; FRANCO, J. L. DE A. As RPPNs Como Estratégia Para a Conservação da Biodiversidade: O caso da Chapada dos Veadeiros. **Sociedade & Natureza**, v. 26, n. 1, p. 113–125, 2014.
- MITCHELL, B. et al. Guidelines for privately protected areas. **Guidelines for privately protected areas**, n. 29, 2018.
- OLIVEIRA, I. M. DE; SUPERTI, E. As RPPN como política pública de proteção ambiental: apontamentos sobre as experiências no estado do Amapá. **Planeta Amazônia: Revista internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, 2009.
- SIMMEL, G. **A natureza sociológica do conflito**, in Moraes Filho, Evaristo (org.), New

York - Londres: [s.n.].

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Revista Política & Sociedade**, n. 7, p. 139–162, 2005.

WEIDMANN, S. M. P.; GUAGLIARDI, R. **RPPN 10 ANOS**. [s.l: s.n.].

**APÊNDICE 1- QUESTIONÁRIO**  
**Caracterização socioambiental de RPPN's de Minas Gerais**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço de e-mail: \_\_\_\_\_

Tel: \_\_\_\_\_

**Dados da Unidade**

Nome da Unidade: \_\_\_\_\_

Tamanho: \_\_\_\_\_

Bioma: \_\_\_\_\_

Possui Conselho Gestor?

- Sim ( )
- Não ( )

Se possui Conselho Gestor, a população se faz representar?

- Sim ( )
- Não ( )

Se há participação popular, quais são seus representantes? (Associações de Moradores, Associações de Produtores ,Rurais, ONGs locais, etc.)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Possui Plano de Manejo?

- Sim ( )
- Não ( )

Se não, está sendo elaborado?

- Sim ( )

- Não ( )

Qual o estágio de elaboração em que se encontra o Plano de Manejo?

- ( ) Inicial
- ( ) Intermediário
- ( ) Final

Existe alguma dificuldade de recursos que dificulta a elaboração para o Plano de Manejo?

- Sim ( )
- Não ( )

Quais recursos dificultam a elaboração do Plano de Manejo?

---



---



---



---

Há quanto tempo você é gestor ou proprietário de Unidade de Conservação?\_\_\_\_\_.

Quantas unidades já gerenciou?\_\_\_\_\_.

Quanto tempo é gestor desta Unidade?\_\_\_\_\_.

Qual a sua formação técnica? \_\_\_\_\_.

O que motivou a criação da RPPN? Houve algum incentivo ou facilitador?

---



---



---

### **Quadro 1. Conflitos**

Assinale, quando couber e em ordem de importância (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19), os principais conflitos socioambientais. Marque todas que se aplicam e, caso seja necessário, acrescente outras. Obs: conflitos podem ter a mesma ordem de importância, se assim for considerado em sua opinião.



Conflitos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
19.																	
20.																	

Quadro 2. Relacione as causas com os conflitos correspondentes colocando na coluna B a numeração dos conflitos do quadro 1. Obs: vários conflitos podem corresponder a uma mesma causa!

A	B
Causas	Conflito (s) correspondente (s)
Legislação restritiva	
Regularização fundiária.	
Expansão urbana.	
Industrialização.	
Especulação imobiliária.	
Turismo	
Agricultura	
Pecuária	
Mineração	
Garimpo	

Se você marcou, na pergunta anterior, as opções (a)- "industrialização", (b)- "agricultura", (c)- "pecuária (leite ou corte)", (d)- "presença/criação de animais domésticos", (e)- "garimpo/mineração" ou (f)- "outros", Especifique qual (is).

---



---



---

---

---

Os conflitos estão relacionados a qual tipo de população? Assinale as opções que se aplicam ao caso da sua Unidade (podem ser assinaladas quantas alternativas couberem).

- Do entorno ( )
- Residente na área da unidade ( )
- Visitante ( )

Se há conflitos envolvendo populações do entorno, quais são essas populações? Marque todas que se aplicam.

- Populações tradicionais indígenas ( )
- Populações tradicionais não-indígenas ( )
- Populações não-tradicionais urbanas ( )
- Populações não-tradicionais rurais ( )

Se há conflitos envolvendo populações residentes na área da unidade, quais são essas populações? Marque todas que se aplicam.

- Populações tradicionais indígenas ( )
- Populações tradicionais não-indígenas ( )
- Populações não-tradicionais urbanas ( )
- Populações não-tradicionais rurais ( )

Se ocorre caça ou captura de animais na UC, ela é com qual finalidade? Marque todas que se aplicam.

- Domesticação ( )
- Comercialização ( )
- Caça ilegal (sobrevivência ou esportiva) ( )

Se há extração de espécies vegetais, ela é com qual finalidade? Marque todas que se aplicam.

- Madeira para lenha ( )
- Madeira para utilização em cercas ( )
- Madeira para produção e comercialização de carvão ( )

- Plantas para fins medicinais - uso próprio ( )
- Plantas para fins medicinais – comercialização ( )
- Plantas ornamentais - uso próprio ( )
- Plantas ornamentais – comercialização ( )
  - Outros: \_\_\_\_\_

O cultivo de espécie(s) vegetal(is) exótica(s) no entorno é causa de conflitos?

- Sim ( )
- Não ( )

Se a resposta para a pergunta anterior for afirmativa, cite quais espécies.

---



---



---



---



---

Houve audiência pública na criação da unidade?

- Sim ( )
- Não ( )

Em sua gestão nesta UC, qual sua percepção sobre os conflitos socioambientais?

- Inerentes a qualquer sistema social, funcionam como propulsores das mudanças; não há possibilidade de resolução definitiva de qualquer conflito. ( )
- São distúrbios na ordem dos sistemas sociais que solicitam esforços para o desenvolvimento de estratégias para neutralizá-los ou mitigá-los, sendo considerados contingência negativa em um sistema equilibrado. ( )

Existem projetos que envolvam as comunidades do entorno? Descreva-os brevemente.

---



---



---



---



---

---

---

---

Em linhas gerais, quais estratégias têm sido adotadas para alcançar seus objetivos frente aos conflitos socioambientais nesta UC?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Observações que queira fazer sobre os conflitos ou a pesquisa.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## APÊNDICE 2 – LISTA DE RPPNS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO

RPPN	Âmbito	Município	Domínio	Área (ha)
Fazenda Lagoa	Estadual	Monte Belo	Atlântico	291,56
EcoCerrado Brasil	Estadual	Araxá	Cerrado	30
Ovídio Pires 2	Estadual	Santa Rita do Jacutinga	Atlântico	84,23
Ovídio Pires 3	Estadual	Bom Jardim de Minas	Atlântico	100,024
Ovídio Pires 5	Estadual	Andrelândia	Atlântico	74
da Fragalha	Estadual	Aiuruoca	Atlântico	2,99
Fazenda Nascer	Estadual	Ouro Preto	Atlântico	59,67
Fazenda Sucupira	Estadual	Arinos	Cerrado	252
Mato Limpo	Estadual	Rio Preto	Atlântico	38,9938
Sítio Dois Irmãos	Estadual	Itamonte	Atlântico	16,94
Doutor Noberto Custódio Ferreira	Estadual	Santana de Cataguases	Atlântico	217,1638
Instituto Olho D'Água / São Francisco de Assis	Estadual	Alterosa	Atlântico	6,3
Josepha Mendes Ferrão	Estadual	Alterosa	Atlântico	0,55
Cachoeira do Curiango	Estadual	Itacambira	Cerrado	62,7225
Guilman Amorim	Estadual	Antônio Dias	Atlântico	254
Quintas do Cedro	Estadual	Outro Preto	Atlântico	4,84
Ecovive	Estadual	Poté	Atlântico	38,817
Fazenda Serra Negra	Estadual	Lima Duarte	Atlântico	332,28
Morro do Elefante	Estadual	Bocaina de Minas	Atlântico	30,7038
Sítio do Zaca	Estadual	Ipatinga	Atlântico	17,3401
Fartura	Estadual	Capelinha	Atlântico	1455,1253
Olga Coelho Ullmann	Estadual	Juatuba	Cerrado	91,91
Vale dos Cristais	Estadual	Nova Lima	Atlântico	248,67
Ave Lavrinha	Estadual	Bocaina de Minas	Atlântico	49,0517
Resgate I / II/ III / IV / V	Estadual	Alto Jequitibá	Atlântico	125,02
Brumas do Espinhaço/Ermo das Gerais	Estadual	Santana do Riacho	Cerrado	816
São Francisco de Assis (Lagoa Dourada)	Estadual	Lagoa Dourada	Atlântico	62,144
Cachoeira das Pedras	Estadual	Santo Antônio do Grama	Atlântico	7,34
Fazenda Bulcão	Estadual	Aimorés	Atlântico	609
Recanto Zen Franciscano	Estadual	Mar de Espanha	Atlântico	72,3588
Nascentes do Aiuruoca I e II	Estadual	Aiuruoca	Atlântico	53,4266
Alto da Boa Vista	Federal	Descoberto	Atlântico	125,27
Santuário do Caraça	Federal	Santa Bárbara	Cerrado	10,188
Fazenda Alto da Boa Vista	Federal	Bocaina de Minas	Atlântico	55
Sítio Pirilampo	Federal	Ijaci	Atlântico	2
Mata da Califórnia	Federal	Salto da Divisa	Atlântico	149,88
Fazenda Serra do Ribeirão	Federal	Pouso Alto	Atlântico	46,99
Unidade de Conservação de Galheiros	Federal	Perdizes	Cerrado	2,695
Fazenda do Iracambi	Federal	Rosário da Limeira	Atlântico	70
Cachoeira Cerradão	Federal	São Roque de Minas	Cerrado	38
Inhotim	Federal	Brumadinho	Atlântico	145,47